

UM OLHAR SOB A EDUCAÇÃO FÍSICA NO NOVO FORMATO DO ENSINO MÉDIO NO VALE DO JURUENA

Edmar Fonseca das Neves¹

RESUMO

A Lei 13.415/2017 que alterou a LDB do Ensino Médio e o fim do Fundeb são pautados por um olhar sócio político e sócio econômico referente à situação no qual a Educação do Brasil se encontra. E devido a isso, o presente artigo trás um olhar do novo formato do Ensino Médio, em uma revisão bibliográfica de artigos, livros, periódicos e jornais digitais. Em um breve histórico é apontada a Educação Física desde quando foi inserida até a permanência obrigatória no Novo Ensino Médio pela BNCC; observando a proposta de uma continuidade pedagógica serial do Ensino Fundamental, em confronto de ideias históricas e concepções pedagógicas. Ao contextualizar a Educação Física neste processo de reforma é visto que a conjuntura política trás desafios para dentro e fora da Escola. A administração pública é apontada por ter investido menos que a média adequada na Educação; e aponta-se os possíveis impactos da reforma na Vale do Juruena.

Palavras Chave: Educação Física, Novo Ensino Médio, BNCC, Vale do Juruena, Juína.

ABSTRACT

Law 13,415 / 2017 that changed the High School LDB and the end of Fundeb are guided by a socio-political and socio-economic perspective regarding the situation in which Brazil's Education finds itself. And because of this, this article takes a look at the new format of High School, in a bibliographical review of articles, books, periodicals and digital newspapers. In a brief history is pointed the Physical Education from when it was inserted until the mandatory stay in the New High School by BNCC; observing the proposal of a serial pedagogical continuity of the Elementary School, in confrontation of historical ideas and pedagogical conceptions. By contextualizing Physical Education in this reform process it is seen that the political conjuncture brings challenges inside and outside the School. Public administration is said to have invested less than the appropriate average in education; and points out the possible impacts of the reform in Vale do Juruena.

Keywords: Physical Education, New High School, BNCC, Juruena Valley, Juína.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Ministério da Educação do Brasil, a Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Médio, onde ampliou sua carga horária e organização curricular, deixando mais flexível, para contemplar a Base Nacional Comum Curricular.(BNCC) Nesse contexto, acredita-se que a politécnia dominará as novas gerações e a escola será o celeiro de novos operários de um sistema econômico produtivo. Será possível tal fato dentro do planejamento temporal do Estado Brasileiro a Educação Física perpetuar no Vale do Juruena?

¹ Professor Especialista do Curso de Licenciatura em Educação Física da AJES.
Graduado em Educação Física pelo Centro Universitário Celso Lisboa.
Especialista em Gestão de Cidades e Agronegócio pela Universidade Cândido Mendes.
Juína/MT. ef.rj.br@gmail.com

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um conjunto de orientações que vem nortear (re)elaboração dos currículos de referência das escolas das redes públicas e privadas de ensino médio de todo Brasil. São itinerários formativos, relacionados às áreas do conhecimento: Matemática, Linguagens, Ciências Humanas e Ciências da Natureza; visando alcançar mesmo que de forma arbitrária as mudanças almejadas.

O Novo Ensino Médio como é chamado o novo formato deste segmento educacional, tem coerência com a proposta da UNESCO; que afirma que a competência digital é uma das oito competências essenciais para o desenvolvimento ao longo da vida. Por isso, este artigo vai discorrer sobre a história da educação formal, contextualizar o período proposto pela lei que alterou o formato do ensino médio e busca explicar sobre os possíveis impactos desta proposta.

Inclusive trás um olhar sob as competências da BNCC que confrontam a proposta ideológica da Educação Física na essência, pois a história que consiste como uma disciplina forjada na disciplina do corpo e uma ideologia favorável ao impositivo dos superiores; faz-se adequar ao processo contemporâneo participativo em que visa debater questões polêmicas de relevância social, analisando diferentes argumentos e opiniões manifestadas, para negociar e sustentar posições, formular propostas, intervir e tomar decisões democraticamente sustentadas, que levem em conta o bem comum e os Direitos Humanos.

Mas também segundo a BNCC, o trabalho desenvolvido no Ensino Médio é de aprofundar e ampliar a jornada iniciada no Ensino Fundamental; tal medida cria oportunidades para que os estudantes compreendam as inter-relações entre as representações e os saberes vinculados às práticas corporais, e também (...) a tomada de posicionamentos críticos diante dos discursos sobre o corpo e a cultura corporal que circulam em diferentes campos da atividade humana.

Contudo, analisar na atual conjuntura cenário econômico no Brasil e no Mato Grosso se faz necessário para compreender o que é tangível e o que é ideológico perante a nova proposta. Visto que, o Conselho Nacional de Educação, que aprovou o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, aponta que metas não tem sido prioridade para a gestão pública e o que se refere a responsabilidade do financiamento progressivo por parte da União aos Estados (PINO et al, 2018); visto que, os instrumentos de mensuração do custo qualidade por aluno do Ensino Médio já divergem entre média estabelecida e mínimo repassado pelo Fundo de Educação Básica – Fundeb.(CALÇADE e MENEZES,2018)

Diante a proposta organizacional deste artigo, acredita-se que uma revisão bibliográfica auxiliará compreender a nova conjuntura educacional do novo ensino médio. Este trabalho, portanto, objetiva traçar um panorama da Educação Física Escolar em relação ao conceito proposto pelo Ministério da Educação.

2. OBJETIVO

O presente artigo visa trazer um olhar sob a Educação Física no novo formato do ensino médio para futuros profissionais da área.

3. METODOLOGIA

Segundo Bastos e Ferreira (2016) a pesquisa bibliográfica caracteriza-se como o tipo de pesquisa desenvolvida com base em material já elaborado e sistematizado, tais como livros, artigos científicos, pesquisas já elaboradas e publicadas. Destaca-se que todos os

estudos exigem esse tipo de pesquisa, todavia, existem pesquisas que são realizadas somente a partir de fontes bibliográficas.

A presente pesquisa foi dividida da seguinte maneira: Introdução, Objetivos, Metodologia, Referencial Teórico apresentando os tópicos: Breve histórico da Educação Física no Ensino Médio, Educação Física no contexto da reforma, Um olhar dos possíveis impactos da reforma no Vale do Juruena, e Considerações Finais.

4. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO

Os jesuítas lideraram as primeiras experiências de ensino no Brasil entre os séculos 16 e 18, mas foram expulsos de Portugal e da colônia em 1759. (..) Depois que o ensino engrenou, a etapa inicial, chamada de "estudos menores", era formada pelas aulas de ler, escrever, contar e humanidades (gramática latina, grego etc.). Era a primeira vez que a Educação era responsabilidade estatal e objetivava ser laica, mas o catolicismo ainda continuava muito presente. (SCACHETTI,2013)

"A civilização é obra da escola e a escola é obra do professor. Se quereis elevar a escola e a civilização, começai por elevar o professor à altura da sua missão e lhe dar nas vantagens do seu ofício a coragem, o gosto, a energia e a força que ele demanda."
Antônio de Almeida Oliveira (apud SCHACHETTI,2013)

No início da ditadura brasileira em 1964, Educação Física nas escolas mantinham o caráter gímnico e calistênico do Brasil república. (SOARES, 2012 apud RAMOS, 1982) E com a tomada do Poder Executivo brasileiro pelos militares, houve um planejamento estratégico da utilização ideológica das aulas de Educação Física. Ainda com o mesmo sentido, o autor trás o decreto lei no 705/69 (SOARES, 2012 apud BRASIL,1969) que estabelece a Educação Física/Espportes no 3º grau; uma medida impactante para o período contemporâneo que tinha como propósito o derrubar as mobilizações e o movimento estudantil contrário o regime militar.

O conceito de ensino médio foi criado a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, em substituição ao antigo Segundo Grau. E também nesta mesma organização legal a educação profissional de nível técnico passou a ter organização curricular independente do Ensino Médio.(MENEZES e SANTOS, 2001) Com isso, algumas disciplinas são inseridas e a Educação Física começa a fazer parte da proposta político pedagógica da Escola.

Mesmo tendo iniciado o processo da regulamentação e criação de um Conselho para a profissão de Educação Física desde os anos 40 com professores do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro; apenas no dia 01 de setembro de 1998, publicado em Diário Oficial aprovado pelo Presidente da República, passou a vigorar no dia seguinte a regulamentação da profissão de Educador Físico.(CONFEF)

Sabe-se que atualizar-se é uma exigência deste mundo moderno, uma formação permanente que se prolonga por toda a vida torna-se crucial numa profissão que lida com saberes e seres humanos, numa época em que se renovam os currículos, modificam-se comportamentos, acentuam-se problemas sociais e econômicos (MELO e FERRAZ, 2007 apud LIBÂNEO, 2001)

A Educação Física no Brasil assumiu funções no ambiente escolar representando interesses da classe dominante, com isso foi desde a militarista à pedagogicista e posteriormente sendo desbravada na construtivista ainda sim seguindo um padrão ideológico. Porém, mesmo recentemente em metodologias crítico-superadoras e crítico-emancipatórias,

faz-se contraditória e inerente ao pensamento da unidade humana. (ZAGO e GALANTE,2008)

A centralidade do corpo como algo valorizado pelos ideais republicanos liberais se assenta sobre a necessidade de se pensar o mesmo sob a ótica de um processo educacional que lhe assegure um adequado modo (e modelo) de comportamento.(ALVES,2013) Com isso, Piccoli comenta que:

“Atualmente, há um juízo básico de que a Educação Física pode auxiliar na formação crítica do ser humano e na formação do cidadão. Através das atividades físicas com intenção educativa promovidas pelos jogos, esportes, lutas, ginásticas e danças, é possível conceber um sujeito consciente e sensível a sua realidade, desenvolvendo as dimensões cognitiva, afetivo-social e motora. Por isso, esse professor não deve ser mais um simples instrutor físico, pois ele também prepara o seu aluno para a vida.” (Pág.23 apud ALVES,2013)

Inclusive na BNCC através de suas competências referentes a linguagens, incluindo a de código EM13LGG303, faz-se mais uma contradição com a origem da Educação Física no ambiente escolar que visava a desmobilização dos estudantes em causas contrárias a um regime impositivo. Pois esta competência visa debater questões polêmicas de relevância social, analisando diferentes argumentos e opiniões manifestados, para negociar e sustentar posições, formular propostas, e intervir e tomar decisões democraticamente sustentadas, que levem em conta o bem comum e os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global.

Assim, é possível estabelecer um olhar que ao longo da jornada da Educação Física os pensamentos da criação, da prática e da docência que neste artigo se trás é desafiador mesmo no novo formato, percalços e questionamentos a serem trabalhados. Visto que pelo propósito do novo ensino médio, a Educação Física terá de se adequar as novas tendências ou se posicionar perante o que se propõem para a construção de uma sociedade saudável e crítica; apresentando sua relevância à novos profissionais e principalmente a população na qual irá atender.

5. EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DA REFORMA

Para contextualizar a período incitado para a reforma do ensino médio, é necessário pontuar sobre a proposta do ex Presidente Michel Temer que trazia as mudanças previstas para o regime fiscal, na legislação trabalhista, no regime da previdência e na escolarização do ensino médio que recolocariam o Brasil no rumo do desenvolvimento.(ZAGO e GALANTE, 2008)

Mesmo tendo iniciado o debate com as discussões das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (1998), seguindo com a mudança do Fundo Nacional de Educação Básica – Fundeb (2007), no primeiro Seminário do Conselho Nacional de Secretários de Educação (2010) e prosseguindo até definição da diversificação e flexibilização para melhorar a qualidade do Plano Nacional de Educação em 2014; (FOLHA DE SÃO PAULO,2019) a BNCC rejeita a proposta de 1993 já apresentada pela Coordenadoria Normas Pedagógicas – CENP de São Paulo, em que destaca:

“ que a Educação Física no Ensino Médio não pode ser uma reprodução um pouco mais elaborada do Ensino Fundamental, devendo-se considerar o contexto sócio-

histórico dos alunos, trabalhando suas características próprias.”(ZAGO e GALANTE,2008)

Observando o Plano Estadual de Educação do Estado do Mato Grosso previsto no Fórum Estadual de Educação que determinou de 2006 a 2016 dizia, por exemplo, que na Zona Rural o Ensino Médio tem-se firmado de continuidade do Ensino Fundamental com demandas mais complexas de educação, para o desenvolvimento pessoal. (SEDUC-MT, 2006) O que reafirma a proposta do novo modelo e diverge dos propósitos da CENP junto a demais pensadores da área.

Retomando a medida do ex Presidente sob a escolarização do Ensino Médio e que levou ao congelamento do teto de gastos em questão do regime fiscal dos setores de Educação e Saúde por 20 anos; faz refletir que como a Educação Física tem o papel de atuação e debate em ambas as áreas, vale pontuar que isso impacta no desempenho do desenvolvimento de um modo geral nos discentes, possíveis concursos e a qualidade para o trabalho de docentes, devido a cortes de possíveis ofertas de bolsas para formação continuada.

Pois foi como foi votada por Deputados e aprovada em 13 de dezembro de 2016 (AMORIM,2016), de acordo com a equipe econômica do governo, essa proposta vem de encontro em reconquistar a credibilidade do mercado; o que atrairia investimentos e favoreceria o crescimento da economia. Mesmo que essa medida traga duras penas ao fomento a pesquisa e extensão na Educação, instrumento que proporciona desenvolvimento de estudos, metodologias e inovações que visam a melhorias do Sistema Educacional, qualificação de docente e econômica do país.

Ainda em 2019, os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 balizam a percepção da sociedade perante o contexto do papel do Professor de Educação Física que cabe a orientar a garantia do indivíduo um corpo saudável, robusto, harmonioso organicamente e que seja menos suscetível a doenças. (ZAGO e GALANTE, 2008) Mas Souza et all (2017), em entrevista com discentes do Ensino Médio e do Ensino Profissionalizante, indicaram que os mesmos desejam atividades dinâmicas e interativas que oportunizem a participação durante todo o processo de ensino. Se tratando da educação física, vai além do processo informacional ou de prática reduzida da carga horária semanal.

E por isso, pontua-se que no documento oficial da BNCC referente ao Ensino Médio a Educação Física se restringe a quatro parágrafos; indicando as mesmas temáticas que são melhores descritas no mesmo documento dos anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental. Inclusive, trazendo uma compreensão própria até então não citada em documentos oficiais, de sete categorias que subdividem as modalidades esportivas; tais como: Marca, Precisão, Técnico-Combinatório, Rede/quadra dividida ou parede de rebote, Campo e taco, Invasão ou territorial, e combate.

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte em 2015 aprovou a PL249/2012, onde os Senadores da República estabeleceram uma carga horária semanal mínima de duas horas para prática da Educação Física em instituições de Ensino Fundamental e Médio. E ainda foi salientado pelo autor que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação não determina a carga horária mínima e assinala casos em que a prática da Educação Física é facultativa. (AGÊNCIA SENADO, 2015)

Se tomar por conformidade a PL249/2012, o documento de 2016 apresentado pelo Conselho Federal de Educação Física do Governo do Rio Grande do Norte deve ser uma normativa nacional, onde o profissional de Educação Física deve ministrar duas horas semanais no Ensino Médio; uma aula no horário letivo e outra contra turno. (CONFED) Porém, o mesmo documento assinala que a Escola só poderá distribuir a carga horária de

Iniciação Esportiva ou de Treinamento, quando for preenchida a carga horária obrigatória do Componente Curricular Educação Física.

Ao falar da iniciação esportiva ou treinamento nas instituições escolares, nos remete outro fato a ser observado, com a nova estrutura governamental implementada pelo Presidente Jair Bolsonaro em 2019, o Esporte perdeu espaço com a extinção do Ministério e que consequentemente em efeito cascata fez deixar de existir Secretarias Estaduais. (VECCHIOLI, 2019) Ainda mesmo que o atual Presidente tenha formação em Educação Física, não foi um protagonista em mediar ou proporcionar melhorias no campo para as futuras gerações.

Para corroborar com a proposta do atual Governo, o ex Presidente Michel Temer antes de sair do governo restringiu o orçamento do Programa Bolsa Atleta, que é um importante instrumento para manutenção e impulsionamento de talentos esportivos. (KNOPLOCH, 2018) Os campeões dos Jogos Escolares da Juventude são contemplados dentre os critérios para aquisição da Bolsa Atleta, mas com o congelamento e falta de fomento, fica quase inexistente a possibilidade de um estudante do Ensino Médio público utilizar deste instrumento para prosseguir para alcançar uma carreira profissional.

No Estado do Mato Grosso os Jogos são de responsabilidade da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer – SECEL; em parceria com a Secretaria de Educação. Onde descrito no seu caderno de encargos 2019, que cabe a pasta da Educação apenas a parte burocrática de comunicação e autorização junto as Escolas e Assessorias. (SECEL-MT, 2019) Visto que, no portal da SECEL-MT a prioridade informacional e de acessos rápidos são para a Cultura; que nos leva a compreender que mesmo ocorrendo às etapas do maior evento estudantil esportivo do Brasil, ainda sim não é prioridade para a esfera estadual citada e corrobora para o entendimento que o Esporte em 2019 não é uma política de Estado.

A antiga carga horária do Ensino Médio era respectiva à mínima de 800 horas e em mínimo de 200 dias letivos. E com a proposta da reforma, a carga obrigatória serão de 3000 horas no total dos 3 anos; onde 60% seja preenchida com as disciplinas obrigatórias da BNCC e 40% serão para optativas em referencial a formação de interesse do aluno.

A BNCC trás a Educação Física como uma das disciplinas obrigatórias, mesmo inclusa na área de Linguagem e não normatizando formalmente a carga horária respectiva a ser trabalhada nesta ampliação. Com isso, observado o governo de Pernambuco que não faz menção em seu documento de apresentação de desafios e perspectivas (SEDUC-PE) sobre carga horária dividida para as obrigatórias; e em comparação com o estado do Mato Grosso que pelo site da Secretaria de Educação faz menção as referências das Diretrizes Nacionais da Educação (SEDUC-MT); faz-se entender que a distribuição dos tempos semanais de Educação Física ficam a cargo da Gestão Escolar ou da prioridade partidária do governo, não oficializando como política de Estado e sim em aberto como política de partido.

6. UM OLHAR DOS POSSÍVEIS IMPACTOS DA REFORMA NO VALE DO JURUENA

Tendo como base Brasnorte, Juína, Castanheira, Juruena, Aripuanã, Contriguaçu e Colniza os municípios que constituem o Vale do Juruena no Mato Grosso, na região noroeste do Estado, esse trabalho visa compreender o cenário da Educação Física neste espaço temporal para tentar apresentar uma ótica realidade do Ensino Médio x Novo Ensino Médio.

Em observância ao número de unidades escolares do Estado para atendimento do Ensino Médio no Vale do Juruena (SEDUC-MT), vemos os seguintes números na tabela 1²:

Tabela 1

Município/Unidades	Urbana	Indígena/Rural	Salas Anexas	Total de Unidades
Brasnorte	2	2	5	9
Juína	3	4	8	15
Juruena	1	-	1	2
Aripuanã	2	1	10	13
Cotriguaçu	2	2	10	14
Colniza	3	1	22	25

Fonte: o autor.

De acordo com a página do jornal Estadão, uma reportagem de 2017 utilizou o senso de 2016 para apontar que 53% dos municípios brasileiros tem só uma escola que oferece o Ensino Médio regular ou Educação Profissionalizante. (TOLEDO, 2017) E que se cada escola se especializar em um itinerário (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas ou formação técnica e profissional) seriam 872 municípios dos 5570 que tem no Brasil atualmente que poderão ofertar todas as opções aos seus alunos conforme a proposta do Novo Ensino Médio.

Sob a matéria e os dados a cima pode-se observar que o no Vale do Juruena, e em específico no município que da nome ao vale, se enquadra na questão levantada. E mesmo com os demais municípios dispondo de quatro a sete escolas estaduais, as salas anexas são dispostas em escolas municipais em distritos com distância considerável que poderão ser afetados devido ao panorama previsto para 2020 que será debatido adiante.

Outro ponto a ser visto que a mesma matéria trás, é o fator espaço físico. Visto que, com o aumento da carga horária haverá conflito no uso das salas, já que 41% das unidades escolares oferecem os três turnos com aulas. Em 2011, o Governo de Minas Gerais trouxe uma proposta de acréscimo da carga horária em função do ensino profissionalizante, em proposta similar ao Novo Ensino Médio; apontado que na cidade de Passa Quatro constatou-se que devido aos custos de transporte por parte órgão público os alunos da área rural não conseguiam comparecer as aulas, e isso gerou uma desigualdade dentro da própria rede ao favorecimento dos alunos da área urbana. (TOLEDO, 2017)

Como o Novo Ensino Médio a BNCC visa dar conta de formar o que se convencionou a chamar de “cidadão do século 21” a carga horária ampliada visa prepara-los para complexidade do mundo contemporâneo. Visto que, além do conteúdo pedagógico clássico os alunos deverão ter o desenvolvimento das habilidades socioemocionais, como criatividade, empatia, etc.. O Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Janio Endo

² Tabela construída pelo autor com informações válidas para 2019 adquiridas via telefone junto as Assessorias Pedagógicas referentes aos Municípios.

Macedo, anunciou verba para apenas para 500 escolas na conversão para o período integral em apoio ao Novo Ensino Médio. (MATTOS, 2019)

Segundo o jornal Folha de São Paulo, outro impasse para a extensão da carga horária foi à compreensão na formação de educadores que exige investimentos onerosos, que afeta principalmente a rede pública de ensino. Na mesma matéria, há um apontamento em São Paulo, do aumento da carga horária de 30h para 60h para preparar os professores para aulas de projeto de vida e as eletivas. (MATTOS, 2019)

No Vale do Juruena já há uma realidade que foi proposta que foi proposta pelo Secretário de Educação do Maranhão em 2017, que é pedir salas emprestadas para as Escolas Municipais (salas anexas da tabela 1) e ainda cogitou ofertar transporte para os alunos que não escolher um itinerário formativo que não seja ofertado em sua cidade. Cabe ressaltar a atual conjuntura, se há um congelamento no teto de gastos em Educação pelo governo atual, como precederão os alunos das áreas rurais ou de municípios que não ofertarem todas as opções itinerárias de formação?

Há uma realidade comum nas escolas rurais, em diferentes contextos, no que se refere ao seu fechamento, à diminuição do número de alunos e de comunidades rurais com escola, à distância percorrida pelos alunos, além das implicações das escolas para a vitalidade do campo. (VENDRAMINI, 2015)

Ao observar a proposta comparativa Mato Grosso x Maranhão, é cabível avaliar alguns percalços que se referem ao acesso as escolas do campo x transporte escolar. Visto que, no Mato Grosso além de atoleiros nas estradas em época de chuvas ou manutenção adequada nos veículos escolares, alunos das escolas rurais chegam a percorrer 3h no trajeto casa x escola. (SILVA, e ARNT, 2008)

Segundo a matéria do jornal Gazeta que teve o Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2019 como referência, a cada 100 estudantes que ingressam na Escola no estado do Mato Grosso, apenas 66 concluem o Ensino Médio até os 19 anos. (CORRÊA, 2019) Apontado ao jornal Gazeta Digital pela atual Presidente do Conselho Estadual de Secretários de Educação – Consed, Cecília Mota, cada município deverá ofertar ao menos dois itinerários formativos ao estudante. No ensino regular até 20% das aulas poderão ser à distância e, no noturno, até 30% poderão ser ofertadas nessa modalidade. (GAZETA DIGITAL, 2019)

O portal de notícias G1 do Mato Grosso publicou que em 2018 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apresentou dados de analfabetismo na região Centro Oeste do País, e que o Mato Grosso tem 7,5% contra 6,8 de todo o país; e que dentre este a maior população nesta situação são mulheres, pardos e negros. Visto que em 2012 os mesmo instituto apontava que o analfabetismo na zona rural era o dobro da média nacional. (SARAIVA e MARTINS, 2019)

Os principais programas e políticas para a educação do campo criados na última década são: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que prevê a distribuição de recursos em função do desenvolvimento de cada região e do número de alunos de cada escola; o Pró-Jovem Campo - Saberes da Terra, programa de escolarização e qualificação profissional inicial de jovens agricultores familiares do campo; o Programa Escola Ativa, em continuidade ao Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola), voltado para as escolas multisseriadas do campo; o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), com base na formação por áreas de conhecimento; o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), visando à alfabetização e à

escolarização de jovens e adultos de áreas de assentamentos rurais.
(VENDRAMINI, 2015)

Conforme a posição dos dois últimos Governos Federais, do ex Presidente Michel Temer e do atual Jair Bolsonaro, o Fundeb não foi renovado e irá se encerrar em 2020. Atualmente este Fundo corresponde a 63% do financiamento de toda Educação Básica do país. (JILÓ e DOEDERLEIN, 2019) O jornal de Brasília aponta que especialistas temem pelo “caos” que com o possível fim do Fundeb, pois mais de 1000 municípios poderão fechar as portas de suas escolas por falta deste recurso. (MAGALHÃES e PRINCIVALLI, 2019)

Em 2019 profissionais da Educação do Estado do Mato Grosso manifestaram em greve seu direito ao recebimento do reajuste anual que não havia sido pago. O Governo se posicionou e explicou sua crise financeira perante ao desequilíbrio fiscal, onde foi aprovado 31 leis que carreira prevendo aumento salariais do antigo Governo e a despesa com pessoal cresceu mais que a receita do Estado.(GOVERNO DO MATO GROSSO)

“Se o Fundeb acabar é o caos e não basta deixar como está. Hoje no Brasil a cada R\$100 que pagamos em tributos o Governo Federal fica com R\$58. E na educação Básica, a cada R\$100 o Governo Federal entra com R\$12, no Fundeb a cada R\$100 reais o Governo entra com R\$8.” Para Mariza Abreu, Consultora da Organização dos Estados Ibero-Americanos, “É necessário melhorar a gestão do Fundeb e aprimorar a política de Estado.” (MAGALHÃES e PRINCIVALLI, 2019)

O CAQI (Custo Aluno-Qualidade Inicial) e o CAQ (Custo Aluno-Qualidade) que são mecanismo criado pela campanha Nacional pelo Direito a Educação (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO, 2018), estimam os valores necessários para cumprimento das metas da Educação no país e estipularem os gastos por aluno para cumprimento do Plano Nacional de Educação. O CAQ estipulou que em 2018 que o custo do aluno do Ensino Médio Urbano seria de R\$ 5.001,48, enquanto o Fundeb calculou um valor mínimo de R\$ 3.770,00 que totalizou uma diferença de R\$ 1.231,48 (CALÇADE e MENEZES, 2018); que ainda aponta o gráfico1 abaixo:

Gráfico 1

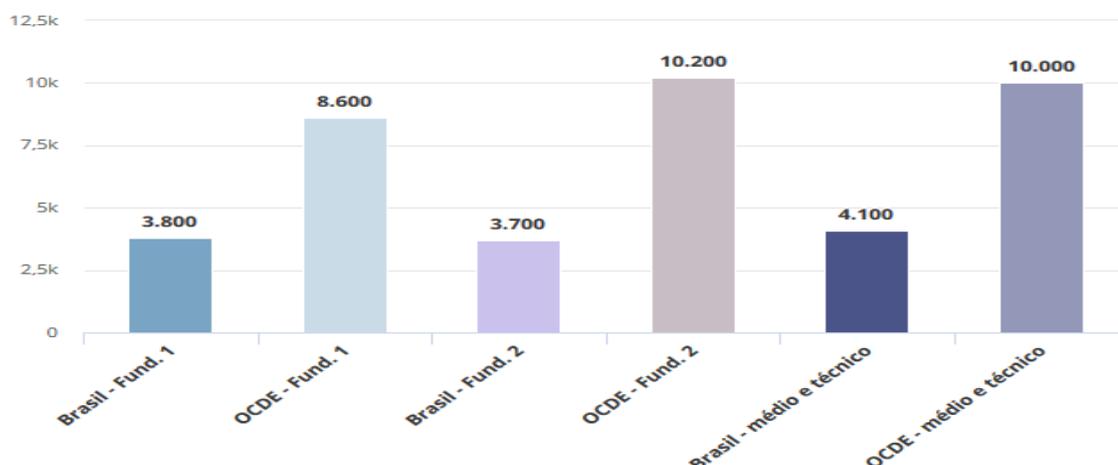


Fonte: CALÇADE e MENEZES 2019 apud Fundeb.

A União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação trouxe a matéria em sua página mostrando que a há uma comparação entre a Organização e Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE com o Brasil, e nela foi visto que o país investe menos por aluno que em os países da Organização. Foi apresentado que o Brasil em 2019 investiu 4,2% do Produto Interno Bruto – PIB na área de Educação Básica e Técnica, veja no gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2

Custo por aluno no Brasil X média da OCDE em US\$



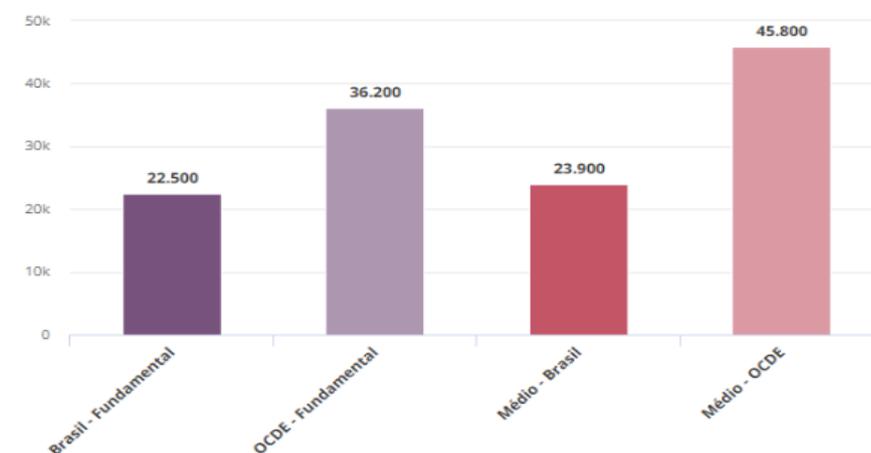
Fonte: OCDE

Fonte: UNDIME 2019 apud OCDE 2019

Porém, a UNDIME também aponta no estudo que o salário médio dos professores no Brasil é o menor do que na maioria dos países da OCDE, e que também é ao menos 13% menor do que o salário médio dos trabalhadores brasileiros com Ensino Superior. O gráfico 3 aponta que os professores do Ensino Médio ganham US\$ 23.900,00 anuais³

Gráfico 3

Salário dos professores no Brasil X média da OCDE em US\$



Fonte: OCDE

Fonte: UNDIME, 2019 apud OCDE, 2019

A realidade da EF escolar requer muito mais do que reparos e construções de espaços, uma vez que, se pode valer de espaços diversificados, bem como materiais. Entretanto, não se deve forjar o movimento em detrimento à carência espacial, já que acredita-se que as condições materiais – instalações, material didático, espaço físico

³ Apesar de estar apresentado em dólar, os valores são levam em conta o poder de compra de cada moeda, e não a taxa cambial.

- interferem de modo significativo na prática pedagógica. (SEVERO e Carvalho, 2015)

NOVAIS e ÁVILA (2015 apud NASCIMENTO, 2011) trás que não ter espaços e materiais para os professores de Educação Física da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, os professores de Educação Física reclamam da baixa remuneração, más condições de trabalho, higiene e manutenção deficitária das quadras e materiais pedagógicos insuficientes e/ou inexistentes.

A falta de materiais e espaços físicos adequados levam os professores ao improviso, obrigando-os a serem criativos, construindo materiais, e serem flexíveis nos seus planejamentos, assumindo com responsabilidade sua função, limitando a ampliação dos conteúdos selecionados. (NOVAIS e AVILA, 2015 apud SANDRI, 2007)

Comparar o Rio de Janeiro com Mato Grosso é algo discrepante mediante a dimensão territorial, mas é similar tal conjuntura para o profissional no ambiente escolar⁴ e em conjuntura econômica. (G1MT, 2018) Porém, o Mato Grosso dispõem do terceiro melhor salário do Brasil por 30h semanais (GOVERNO DO MATO GROSSO); visto que, se tomar por base a Lei de Diretrizes e Bases em seu art.4º

Que o dever do Estado com educação pública será efetivado mediante a garantia de: “IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como variedade e quantidade mínimas, **por aluno**⁵, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem” (BRASIL, 1996)

Observando as esferas nacional e estaduais, o Novo Ensino Médio para municípios do Vale do Juruena, apresentam incompatibilidades e desafios por parte dos gestores a cumprir o proposto. Em perspectiva de infraestrutura tecnológica, de transporte e física, os estudantes das áreas rurais já saem em desvantagem nessa proposta que virá a ser implementada. E conforme as demandas apontadas para investimento básico, a Educação Física que é obrigatória, sofre em muitos municípios com as mesmas limitações somadas a falta de recursos materiais compatíveis à prática pedagógica necessária que será aparentemente mais contingenciada.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os percalços e desafios que o Novo Ensino Médio propiciará a população escolar, cabe reflexão do educador quanto a sua atuação e cooperação para melhoria das condições da Educação Física no cenário apresentado. Visto que, neste artigo é apresentado pela BNCC o contexto continuativo do conteúdo programático para o Ensino Médio desde o Ensino Fundamental, a limitação orçamentária e mudança da configuração do Esporte nas esferas federal e estadual, o contexto de possível “caos” para os próximos anos devido ao encerramento do principal fundo de investimento para a Educação Básica; como a Educação Física poderá contribuir ou se sustentar neste novo formato?

Uma questão válida a ser gerada após um olhar sócio educacional em meio à configuração sócio econômico vigente no Brasil e no Mato Grosso, pois independente das produções científicas que respaldem a importância da prática da atividade física diária ou da relevância das aulas de Educação Física na melhora do desempenho escolar por parte do

⁴ O autor atuou em 2017 e 2018 na rede estadual de ensino em salas anexas, 2017 e 2019 também em redes de ensino municipais do Vale do Juruena.

⁵ Grifo feito pelo autor.

aluno; o atual governo não posiciona uma carga horária adequada para oferta mínima indicada como saudável por especialista ao aluno em espaço escolar, mesmo tendo estendido 200h a mais por ano do Ensino Médio.

Quanto a estrutura física e recursos materiais é outro ponto relevante a se comentar, pois na atual conjuntura e no futuro próximo com a extinção do Fundeb, o Novo Ensino Médio tende a priorizar o cumprimento das exigências tecnológicas e transporte necessário para atender os itinerários. É uma questão a se debate e defender, a ação coletiva da comunidade escolar terá de ser ativa para garantia totalitária dos direitos previstos nas Políticas Educacionais deste país.

Ao olhar o salário do professor da rede estadual do Mato Grosso não é tangível ao professor de Educação Física contempla-lo em todo o Vale do Juruena. Visto que, em poucas áreas urbanas é possível atingir as 30h dentro da sua área; enquanto os professores de Educação Física que atuarem nas áreas rurais em Salas Anexas tem em média 3 turmas a atender e grandes distâncias a percorrer para que consiga preencher suas carga horária para atingir a totalidade salarial proposta.

Com os dados apresentados de analfabetismo no Mato Grosso, é incoerente ver que um Deputado do Estado apresente uma projeto de Lei na Assembleia Legislativa propondo a regulamentação da Educação Domiciliar para crianças e adolescentes, em justificativa de ser uma realidade a nível Brasil e alegar que pessoas com problemas de saúde possam não ter acomodação necessária para aprender.(G1MT,2019) Como pensar nessa possibilidade frente ao currículo programático da Educação Física?

O presente artigo visa trazer uma panorama geral para atuação do profissional de Educação Física no Estado do Mato Grosso, espera-se que o futuro seja próspero e de muito trabalho qualificado para o Sistema. Mas após o olhar inicial proposto, foi levantado de forma coerente alguns questionamentos que ficam para estimular a novas produções e debates na área.

8. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

__ . CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO. O CAQUI e o CAQ no PNE: quanto custa a educação pública de qualidade no Brasil? São Paulo, 2018.

__ . GOVERNO DO MATO GROSSO. Gestão - Entenda a crise financeira de Mato Grosso. Imprensa. 21/05/2016. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/4206562-entenda-a-crise-financeira-de-mato-grosso> Acessado em: dezembro 2019.

__ . GOVERNO DO MATO GROSSO. Aumento de 40% _ Salários da rede estadual de MT estão entre os maiores do Brasil. Imprensa. 23/06/2017. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/7704346-salarios-da-rede-estadual-de-mt-estao-entre-os-maiores-do-brasil> Acessado: dezembro 2019.

__ . MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular _Educação é a Base. Ensino Médio. Brasília, 2018.

__ . MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em Homepage: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361> Acessado em novembro de 2019.

__ .MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em Homepage: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361> Acessado em novembro de 2019.

___. Novo ensino médio é uma agenda do país. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 out. 2016b. Opinião. Tendências/Debates. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2016/10/1823103-novo-ensino-medio-e-uma-agenda-do-pais.shtml>>. Acessado em: dezembro 2019.

___. SECEL-MT; Secretaria Estadual de Esporte e Lazer do Mato Grosso. Caderno de Encargos. Jogos Escolares da Juventude-2019.

___. SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MATO GROSSO. Plano Estadual de Educação. Fórum Estadual de Educação do Mato Grosso. 2006-2016.

___. SEDUC-MT. Assessorias Pedagógicas. Disponível em: http://www2.seduc.mt.gov.br/documents/8125245/9456293/1945_assessorias_pedagogicas.pdf/1cdee590-be1d-8fb4-57be-fcd7078df1ac . Acessado em: dezembro 2019.

___. SEDUC-MT. Legislação. Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso. Disponível em: <http://www2.seduc.mt.gov.br/legislacao> . Acessado em: dezembro 2019.

___. SEDUC-PE; Ensino Médio: Desafios e Perspectivas. Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/novo_portal/documentos/Pernambuco/23052019_Novo_Ensino_M%C3%A9dio.pdf. Acessado em: dezembro 2019.

___. UNESCO. Padrões de competência em TIC para professores: módulos de padrão de competências. Paris: Unesco, 2006. Disponível em: <Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001562/156207por.pdf> >. Acesso em novembro 2019.

ALVES, R.O.T.; História da Educação Física e dos Esportes. Editora:Unimontes. 2013.

AGÊNCIA SENADO. Senado aprova em comissão carga horária mínima de duas horas de Educação Física por semana. Disponível em: <https://romario.org/noticias/senado-aprova-em-comissao-carga-horaria-minima-de-2-horas-de-educacao-fisica-por-semana/>. Acessado em: dezembro 2019.

AMORIM, F.; PEC do teto é aprovada em votação final e congela gastos por 20 anos. Política. 13/12/2016. UOL Notícias. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/12/13/pec-que-congela-gastos-do-governo-por-20-anos-e-aprovada-em-votacao-final.htm> Acessado em: dezembro 2019.

BASTOS, M.C.P.; FERREIRA, D.V. **Metodologia científica**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia de Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acessado em: dezembro de 2019.

CALÇADE,P; MENEZES, L.F. Quanto custa um aluno? Site Nova Escola, 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/11890/quanto-custa-um-aluno-no-brasil> Acessado em novembro 2019.

CONFEF. Legislação. Portaria nº1785/2016-SEEC/GS – NATAL/RN. Disponível em: <http://confef.org.br/confef/legislacao/177> . Acesso em: dezembro 2019.

CONFEF. Regulamentação da Educação Física no Brasil. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/conteudo/16> . Acesso em: dezembro 2019.

CORRÊA, A.F.; Anuário da Educação _ De cada 100 estudantes, 66 concluem o ensino médio em MT, veja. Jornal Gazeta Digital _ Cidades. 27/06/2019. Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/de-cada-100-estudantes-66-concluem-ensino-mdio-em-mt-veja/582604> Acessado em: dezembro 2019.

GAZETA DIGITAL. Itinerários formativo_Empreendedorismo e investigação científica farão parte do ensino médio. Jornal Gazeta Digital _ Brasil. 08/04/2019. Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/brasil/empreendedorismo-e-investigao-cientifica-faro-parte-do-ensino-mdio/574379> Acessado em: dezembro 2019.

GILÓ, N.; DOEDERLEIN, N.; Conselho diz que é o fim do Fundeb vai inviabilizar a educação básica. Câmara dos Deputados. Educação, Cultura e Esportes. 25/10/2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/604515-conselho-diz-que-fim-do-fundeb-vai-inviabilizar-a-educacao-basica/> Acessado em: dezembro 2019.

G1MT. MT. Deputado de Mato Grosso apresenta projeto para regulamentar educação domiciliar de crianças e adolescentes. Portal G1. Mato Grosso. 24/11/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2019/11/24/deputado-de-mt-apresenta-projeto-para-regulamentar-educacao-domiciliar-de-criancas-e-adolescentes.ghtml> Acessado: dezembro de 2019.

G1MT. MT tem maior percentual de analfabetos do Centro Oeste; taxa estadual é maior que a nacional. Portal G1, Mato Grosso. 21/06/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2019/06/21/mt-tem-maior-percentual-de-analfabetos-do-centro-oeste-taxa-estadual-e-maior-que-a-nacional.ghtml> Acessado em: dezembro 2019.

G1MT. No “vermelho”, MT faz parte da lista de 7 estados que vão começar o ano em crise financeira. Portal G1, Mato Grosso. 12/12/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2018/12/14/no-vermelho-mt-faz-parte-da-lista-dos-6-estados-que-vaio-comecar-o-ano-em-crise-financeira.ghtml> Acessado em 2019.

KNOPLOCH, C.; Temer corta um terço do investimento e metade dos beneficiados perdem bolsa atleta. O GLOBLO Esportes. 28/12/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/temer-corta-um-terco-do-investimento-metade-dos-beneficiados-perdem-bolsa-atleta-23332993> Acessado em: dezembro 2019.

MAGALHÃES, J.C.; PRINCIVALLI, B.; Especialistas alertam para caos com possível fim do Fundeb. Jornal de Brasília. Brasil. 27/08/2019. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/especialistas-alertam-para-caos-com-possivel-fim-do-fundeb/> Acessado em: dezembro de 2019

MATTOS, L.; Escolas mudam currículo para se adaptar à reforma do Ensino Médio. Jornal Folha de São Paulo. 02/12/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/escolas-mudam-curriculos-para-se-adaptar-a-reforma-do-ensino-medio.shtml> Acessado em: dezembro 2019.

MELO, Z.R.; FERRAZ, O.L; O novo ensino médio e a Educação Física. Motriz, Rio Claro, v.13 n.2 p.86-96, abr/jun.2007.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete ensino médio. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/ensino-medio/>>. Acesso em: 04 de dez. 2019.

NOVAIS, N.R.S.; AVILA, M.A.; Análise dos recursos físicos e materiais às aulas de educação física em escolas públicas estaduais em Ilhéus, Bahia. Revista Makenzie de Educação Física – v.14, n.2, 2015,p.32-42.

PINO, R.I.; ALMEIDA, C.L.; ZUIN, A.A.S; MORAES, C.S.V.; FERRETI, C.J.; GOERGEN, P.; XIMENES, S.B.; SOUZA, S.M.Z.L.; ADRIÃO,T.; A educação no atual cenário político econômico mundial: disputa eleitoral e os retrocessos na educação. Revista Educ.Soc., Campinas, v.39, nº. 144, p.515-521, jul-set, 2018.

SARAIVA, A; MARTIS, D.; Analfabetismo na zona rural é o dobro da média nacional segundo IBGE. Valor Econômico. Brasil. 28/11/2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/11/28/analfabetismo-na-zona-rural-e-o-dobro-da-media-nacional-segundo-ibge.ghtml> Acessado em: dezembro 2019.

SCACHETTI,A.L.; Mestres quase nobres_História da Educação no Brasil. Site Nova Escola, 2013. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/3442/mestres-quase-nobres> acessado novembro de 2019.

SEVERO, N.A.; CARVALHO, M.J. A carência do espaço físico na Escola: implicações na prática pedagógica. Anais do XIX Congresso Brasileiro de Ciência do Esporte – CONBRACE; VI Congresso Internacional de Ciência do Esporte – CONICE. Vitória – ES – Brasil. 2015

SILVA, E.S.L.; ARNT, A.N.; O acesso às escolas do campo e o transporte escolar. Trabalho de Conclusão de Curso. UNEMAT – Campus Tangará da Serra – MT. 2008. Disponível em: <http://files.lecufvjm.webnode.com/200000136-6d9156e8c7/Artigo%20acesso%20as%20escolas%20do%20campo%20e%20o%20transporte%20escolar.pdf> Acessado em: dezembro 2019.

SOARES, E.R.; Educação Física no Brasil: da origem até os dias atuais. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires – Año 17 – Nº169 – junho de 2012. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd169/educacao-fisica-no-brasil-da-origem.htm>. Acessado em novembro 2019.

SOUZA,V.F.M; DA COSTA, L.C.A.; ANVERSA, A.L.B; MOREIRA, S.A.; Da ação pedagógica à mudança prática docente: os jogos e as brincadeiras em uma experiência com o ensino médio. Revista Pensar a Prática, Goiânia, v.20, n.1, jan/mar. 2017.

TOLEDO, L.F.; Em cidades com só 1 escola, sonho de oferecer 5 “futuros” vira pesadelo. Jornal Estadão, Educação; 04/06/2017. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,em-cidades-com-so-1-escola-sonho-de-oferecer-5-futuros-vira-pesadelo,70001824465> Acessado em: dezembro 2019.

TOLEDO, L.F.; Secretários já cogitam ampliar período do ensino noturno e enviar alunos para cidades vizinhas. Jornal Estadão, Educação; 04/06/2017. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,secretarios-ja-cogitam-ampliar-periodo-do-ensino-noturno-e-enviar-alunos-para-cidades-vizinhas,70001824470> Acessado em: dezembro 2019.

TOLEDO, L.F.; Reforma do Ensino Médio esbarra em falta de estrutura e recursos. Jornal Estadão, Educação; 04/06/2017. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,reforma-do-ensino-medio-esbarra-em-falta-de-estrutura-e-recursos,70001824448> Acessado em: dezembro 2019.

UNDIME. Investimento por aluno no Brasil esta abaixo da média dos países desenvolvidos, diz estudo da OCDE. 11/09/2019. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/11-09-2019->

14-54-investimento-por-aluno-no-brasil-esta-abaixo-da-media-dos-paises-desenvolvidos-diz-estudo-da-ocde Acessado em: dezembro 2019.

VECCHIOLI, D; Fim do ministério do esporte gera onda de extinção das secretarias estaduais. Blog Olhar Olímpico. Disponível em: <https://olharolimpico.blogosfera.uol.com.br/2019/01/04/fim-do-ministerio-do-esporte-gera-onda-de-extincao-de-secretarias-estaduais/> Acessado em: dezembro 2019.

VENDRAMINI, C.R.; Qual futuro das escolas no campo? Educ. rev. Vol.31, nº 3. Belo Horizonte. Julho/Setembro 2015.

ZAGO,N; GALANTE, R.C.; Educação Física no Ensino Médio : concepções e reflexões. 2008. Disponível em: <http://www.eefe.ufscar.br/upload/10.pdf> Acessado em: dezembro 2019.